



# 12º ENCONTRO DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

14 e 15 de Outubro de 2016  
CASTELO BRANCO

---

O Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais (GT-AM) da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), tomando por base o resultado da discussão dos grupos de reflexão que ocorreram durante o 12º Encontro Nacional de Arquivos Municipais (ENAM) e as Conclusões da Comissão Científica, formulou um conjunto de Recomendações para as entidades de coordenação política e de propostas de linhas de trabalho para o GT-AM.

A formulação destas recomendações tem a intenção de promover:

- 1) o papel dos arquivos municipais como garante da democracia e cidadania;
- 2) a revisão do atual quadro legislativo tendo em vista a qualificação dos arquivos;
- 3) a captação de fundos comunitários para a organização e disponibilização da informação arquivística;
- 4) o reconhecimento, capacitação e cooperação entre arquivistas municipais.

## RECOMENDAÇÕES DO 12º ENAM

### Recomendações dirigidas ao Secretário de Estado das Autarquias Locais

1. Promoção de ações de sensibilização junto das estruturas da Administração Local sobre:
  - a. o impacto da reestruturação da administração local na organização e disponibilização da informação;
  - b. a importância da preservação e estruturação da informação como garante do bom funcionamento das Autarquias e da prestação de serviço público;
  - c. a indispensabilidade dos arquivos para assegurar os direitos e deveres das autarquias e do cidadão;
  - d. o envolvimento dos arquivistas em todo o ciclo da gestão da informação, de forma continuada, desde o desenho dos sistemas e a produção da informação, assim como no âmbito das políticas e das normas de interoperabilidade, de modo a criarem um efetivo e controlado 'arquivo digital'.
2. Promoção de linhas de apoio em programas de financiamento orientadas à modernização administrativa, envolvendo a componente da gestão da informação e os profissionais de arquivo em projetos de desmaterialização de processos e de serviços digitais, para um permanente controlo da qualidade da informação digital.
3. Promoção da capacitação técnica dos municípios com vista a colmatar eventuais desequilíbrios no âmbito da gestão da informação e da interoperabilidade organizativa, nomeadamente nas Comunidades Intermunicipais.
4. Apoio à publicação e implementação da portaria de gestão de documentos para as Autarquias Locais.

## **Recomendações dirigidas à Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas**

1. Aconselhamento, junto das autarquias, em candidaturas a fundos comunitários no âmbito da modernização administrativa e da desmaterialização de processos, tendo em vista a uniformização de boas práticas e a qualificação dos sistemas de gestão de informação.
2. Sensibilização das entidades gestoras dos fundos comunitários para a necessidade de afetarem verbas para a organização e disponibilização da informação arquivística.
3. Sensibilização das entidades competentes para a definição de um cronograma para a implementação de um esquema nacional de interoperabilidade e segurança da informação.
4. Promoção da revisão legislativa sobre os sistemas de arquivo, tendo em vista o cumprimento de requisitos para a gestão eletrónica da informação, a interoperabilidade, a certificação e a preservação digital.
5. Reforço das auditorias aos sistemas de arquivo e incremento das penalizações por incumprimento.
6. Incentivo aos arquivos distritais para a promoção de redes, integrando os municípios a representação regional da BAD e o GT-AM, com vista à partilha de experiências, informação e conhecimento entre arquivistas municipais.

## **Recomendações dirigidas à Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**

1. Reforço de iniciativas no âmbito dos eixos temáticos do 12º ENAM face ao reconhecimento da importância dos temas em análise, presente no documento *Conclusões*.
2. Acompanhamento dos movimentos que visam a recuperação das carreiras profissionais.
3. Promoção da discussão em torno do uso da expressão “profissional da informação” em detrimento do termo “arquivista”, refletindo sobre a identidade e o perfil subjacente a cada um.
4. Planeamento das ações promovidas pela BAD de modo a evitar a sobreposição de eventos.

## **LINHAS DE TRABALHO PROPOSTAS AO GRUPO DE TRABALHO DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS**

1. Intervenção proactiva dos profissionais de informação para a alteração da imagem e da função do Arquivo Municipal, enquanto promotor da mudança em processos e projetos de modernização administrativa e da qualificação dos serviços.
2. Promoção do diálogo interdisciplinar entre arquivistas, informáticos e juristas.
3. Incremento da discussão em torno da reestruturação da administração local e do seu impacto na organização e disponibilização da informação, intensificando a reflexão teórica e científica, bem como o aconselhamento sobre procedimentos a adotar.
4. Construção de uma plataforma de partilha relativa a normas arquivísticas e/ou com interesse para a gestão da informação arquivística – catálogo de normas.
5. Criação de “documentos tipo” que sirvam de modelo á elaboração de cadernos de encargos, regulamentos de arquivo, entre outros.
6. Criação de consórcio de clientes de sistemas e gestão documental com vista à formulação de recomendações para o desenvolvimento de funcionalidades.
7. Exploração das potencialidades oferecidas por *software* livre para a gestão da informação.
8. Promoção de redes, com participação do GT-AM, em cada distrito ou Comunidade Intermunicipal, tendo em vista a partilha de experiências e saberes entre arquivistas municipais.
9. Criação de mecanismos da interajuda como o S.O.S. PCIAAL e a Bolsa de arquivistas.

## **O Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais**